

# Processo de investigação deve ser longo e doloroso

*Mesmo com evidências técnicas, punição depende mais de circunstâncias políticas*

**B**RASÍLIA – A confirmação da violação do painel de votação pela perícia técnica da Universidade de Campinas (Unicamp) e a confissão de autoria por Regina Célia Peres Borges, ex-diretora do Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), deram materialidade a um crime político.

Tecnicamente o fato existe, há autoria e suspeitos de terem mandado praticá-la: dois dos mais poderosos membros do Senado, seu ex-presidente Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e agora ex-líder do governo José Roberto Arruda (PSDB-DF). Isso significa que o estabelecimento final da culpabilidade dos parlamentares no crime exigirá um processo de apuração que tem todos os elementos para ser longo e estender a crise política.

Para entender a possível evolução do caso, deve-se partir do princípio de que se trata de um episódio político e poderá ou não haver punição, mesmo que culpas sejam indicadas. “O PFL não vai deixar o senador Antonio Carlos no pelourinho”, afirma o senador José Agripino (PFL-RN), antecipan-

do que o atual jogo que envolve individualidades pode mais adiante ser partidarizado.

**Convicção** – Arruda, porém, não recebeu a mesma solidariedade de seus colegas do PSDB. Ao contrário, a sua quase destituição da liderança pelo presidente Fernando Henrique Cardoso pode ser interpretada como uma convicção política de sua culpa no caso.

Após a fase da investigação na Comissão de Ética e na corregedoria, o parecer do senador Saturnino Braga (PSB-RJ), designado relator do caso, deverá ser encaminhado à Mesa Diretora. Se o relatório recomendar a abertura de processo por que-

bra de decoro, os membros da mesa decidirão, pelo voto, se o encaminham ou não à Comissão de Ética. Então, o processo será retomado com a repetição de depoimentos e a apresentação da defe-

sa dos acusados.

Na hipótese de que a comissão recomende algum tipo de punição, o processo será encaminhado pela Mesa à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde depoimentos podem ser repetidos e abertos novos prazos para defesa e acusação. Depois, o processo será encaminhado ao plenário, caso a CCJ mantenha eventual punição sugerida pela Comissão de Ética. (A.T. e C.F.)

**S**ITUAÇÃO  
DE TUCANO  
É MAIS  
DELICADA